Lei nº 4.119: um minidepoimento

ATHAYDE RIBEIRO DA SILVA

O ano de 1987 assinalou a celebração de um sucesso: a Lei n.º 4.119 completou 25 anos. Conclaves de todos os tipos, até reunião social, foram realizados. Gerações de psicólogos, desde os de cabelos brancos até os que estão no auge da juventude, se entusiasmaram. Encontros, reencontros, abraços. E, o que é mais importante: debates, questionamentos, inquietações. A vida continua. Individualmente o psicólogo continua combatente e combativo. Indivíduo mais indivíduo fazem a classe, embora o psicólogo não se preocupe muito com ela...

Justiças foram feitas. Todas? Talvez não. Permitam-nos acrescentar algumas, neste breve e despretensioso depoimento.

Quase todos os eventos abordaram as conseqüências da lei: a sua prática em vários campos. Pouco se falou sobre a elaboração. No levantamento do sucesso ia-se esquecendo de falar no embrião, no feto e suas torturas. Todavia, o ISOP, em conjunto com a Associação Brasileira de Psicologia e Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, resolveu aproveitar o Encontro Reavaliação da Formação, Mercado de Trabalho e Relações Interdisciplinares do Psicólogo, encaixado nas glórias do jubileu de prata, para mostrar a concepção e gestação da lei, gerada dentro das paredes da instituição. Reimprimiu e distribuiu os vários pareceres das Comissões da Câmara dos Deputados.

Fiz parte da comissão que acompanhou a lei na Câmara dos Deputados. Mantínhamos contato com o deputado-relator Adaucto Cardoso. Tudo ia bem; de repente surgiram dificuldades. Então os colegas de São Paulo, através de sua sociedade, prepararam um substitutivo, apresentado pelo deputado Lauro Cruz. O substitutivo paulista, como era chamado, foi um grande passo; melhorou o formato da lei, agradou a todos.

Todavia, ia tudo muito lento. Houve até desânimo. O projeto nasceu mas estava parado no útero. Muitos temeram que acabasse nessa coisa rotineira nas terras de Santa Cruz: a mortalidade infantil, mesmo quando acontecida no labor ziguezagueante e dolorido do parto. E, para atrapalhar e perturbar mais, veio a mudança do Congresso para Brasília. O projeto seguiu nas malas, bruacas e vagões. Atrasou, como todos os outros projetos de lei.

Mas, afinal, passou. Transitou pela Câmara e chegou ao Senado, onde foi aprovado em três meses. Mais de três anos na Câmara e só três meses no Senado. Por quê? Dois fatores se juntaram: nossa colega Gloria Quintela era alta funcionária administrativa do Senado e se encarregou de acompanhar o projeto, e

o relator principal foi o Senador Mem de Sá, notabilizado por sua invulgar dedicação ao trabalho.

Então tivemos a lei. Estava terminada a fase heróica da psicologia no Brasil.

Lei boa? Não. Foi romântica: regulamentou simultaneamente o ensino e o exercício da profissão. Foi atropelada pelo projeto da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino; acabou saindo um projeto híbrido, ruim e malfeito. Teve 11 vetos (só um recusado pelo Congresso) e já foi derrogada várias vezes. O próprio Prof. Lourenço Filho não gostava dela, conforme me confidenciou, logo após a sanção.

Há, pois, seis nomes a destacar dentro desse grande rol de pessoas que lutaram pela Lei n.º 4.119: Emilio Mira y López, o idealizador; Lourenço Filho, o grande monitor; Adaucto Cardoso, o lançador, que tanta atenção deu aos psicólogos do Rio; Lauro Cruz, o deslanchador, infatigável, grande aliado dos colegas paulistas; Mem de Sá, o arrematador, eficiente e eficaz; Gloria Quintela, a vigilante, batalhadora incansável, uma octogenária veneranda, lutadora até hoje.

O relato a seguir, do Prof. Eliezer Schneider, enriquecido com as intervenções de Odete Van Kolck e Franco Lo Presti Seminério, é uma fonte primária ilustrativa. Afinal, até o Brasil teve sua certidão de nascimento: a carta de Pero Vaz de Caminha.

O anteprojeto da Lei nº 4.119*

ELIEZER SCHNEIDER

Minha presença nesta mesa, dirigindo-me aos colegas e aos ilustres conferencistas, se deve não ao *status* especial ou cargo importante que pudesse exercer no momento, mas por ter participado de uma comissão que discutiu o plano geral de anteprojeto, por solicitação e designação do Prof. Mira y López, no ISOP.

Realmente, eu era iniciante nos primórdios em que se tentou criar uma tradição de psicologia acadêmica e psicologia profissional. Era iniciante então, mas não tão imaturo hoje, e, lembro, tenho colegas que são testemunhas também desses primórdios em que nós víamos, observávamos, admirávamos e muitas vezes resistíamos à atuação e influência dos pioneiros. Faço questão de dizer que não fiz qualquer pesquisa histórica, não fiz uma investigação de documentos, não devassei arquivos. Conto com a minha memória para lembrar as grandes fontes da psicologia acadêmica e profissional no Rio de Janeiro. Não posso falar em termos de Brasil — cada estado, cada cidade tem outras tradições, especialmente São Paulo, Porto Alegre e outras capitais. E gostaria de acentuar algumas fontes importantes. Acredito que uma das razões, sem dúvida muito expressiva, de a psicologia ter sido reconhecida academicamente, de cursos terem sido criados segundo uma legislação preparada e aprovada, reside no passado, passado muito importante.

* Palestra apresentada pelo ISOP, Associação Brasileira de Psicologia e Associação Brasileira de Psicologia Aplicada na abertura do Seminário Reavaliação da Formação, Mercado de Trabalho e Relações Interdisciplinares do Psicólogo, realizado em 25 e 26.8.87.

Em primeiro lugar, quero acentuar a passagem pelo Rio de Waclaw Radecki, um doutor em psicologia, se não me falha a memória, pela Universidade de Genebra.

Radecki, um psicólogo polonês graduado numa universidade polonesa, completou sua formação na Suíça. Tinha uma formação acadêmica clássica. Era um mestre da psicologia experimental e era homem voltado para a pesquisa e o ensino.

Radecki, não sei como, pretendendo ir ao Paraná procurar companheiros, parentes, imigrantes da Polônia, parou no Rio de Janeiro e, se não me falha a memória, um dos eminentes líderes da psiquiatria na época, Gustavo Riedel, recrutou-o para organizar um laboratório de psicologia na Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro. Esse laboratório tem um passado importante. Dispunha de aparelhagens da tradicional Universidade de Leipzig (laboratório de Wilhelm Wundt). Acredito que Radecki consertou alguns aparelhos, acrescentou outros, mas instalou uma aparelhagem de laboratório com conhecimento de causa.

Ouvi um depoimento, casualmente, do Prof. Pinheiro Guimarães, ilustre titular da Faculdade de Medicina e do Colégio Pedro II, dizendo que antes da I Guerra Mundial, um grupo de professores da Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em visita à Europa, à procura de instrumentos e aparelhos de laboratório, adquiriu instrumentos e aparelhos usados no laboratório de Leipzig para montar um laboratório de psicologia na Faculdade de Medicina. Radecki fez questão de dizer que ele não era pioneiro, mas sim a Faculdade de Medicina, que guardou esses aparelhos e os transferiu para a Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, onde psiquiatras muito interessados na psicologia científica cuidavam do laboratório.

Radecki organizou uma equipe, e alguns nomes podem ser lembrados. Estou lembrando alguns dos pioneiros, que reverenciava e conheci quando jovem, e que me impressionaram pelo entusiasmo, pelo interesse, pela consideração que eles davam à ciência e suas aplicações: Nilton Campos, que era psiquiatra com muita cultura e vocação para a filosofia; Haroldo Bretas, médico militar, que se orientou para a psicologia aplicada, aperfeiçoando-se em técnicas psicológicas; o General-Médico Ubirajara, que também se orientou no sentido da psicologia aplicada. E alguns não médicos: Eurialo Canabrava, que se voltou depois para a filosofia (era professor estudioso da psicologia, conhecia a obra de William James página por página), e Edgar Sanches, advogado e professor de direito, que depois se orientou para a magistratura. Finalmente temos Jayme Grabois, talvez o caçula do grupo, que era um psiquiatra formado pelas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, tendo iniciado seu curso médico na Bahia e se transferido para a capital federal, onde deu continuidade a essa tradição experimentalista de Radecki. Radecki e esses seguidores constituem uma das fontes da tradição da psicologia acadêmica e profissional.

Jayme Grabois foi o diretor do Instituto de Psicologia, depois que o laboratório foi fechado e reaberto pelo MEC. O laboratório foi transferido da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro para a Universidade do Brasil, sob os cuidados do Ministro Gustavo Capanema, e passou então a ser o Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, instalado em um conjunto de salas no edifício Nilomex, na Av. Nilo Peçanha. Lá, inicialmente funcionou sob a direção de Grabois, durante bastante tempo. Ele dava cursos diversos de psicologia e eu fui atraído a alguns desses cursos em 1940, ingressando como assistente por concurso em 1941.

Grabois foi, sem dúvida, um dos pioneiros, e quem conviveu com ele aprendeu muito a respeitar a psicologia prática, a aplicada, a teórica, inclusive a filosófica. Ele era brilhante, mas não tinha uma situação definida na universidade. Posteriormente, em decorrência de uma lei que dava aos titulares da cadeira nas universidades federais a direção dos institutos, o Prof. Nilton Campos, que era o catedrático de psicologia, passou a ocupar a posição de diretor do Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil.

Nilton Campos tinha uma orientação abrangente, porém mais voltada para a filosofia. Teve zelo pelo laboratório que conheceu ainda no Engenho de Dentro, mas voltava-se mais para o ensino e, como professor titular, inseriu a psicologia nos primeiro, segundo e terceiro anos de filosofia, sendo chefe de departamentos de psicologia da Faculdade Nacional de Filosofia.

O titular Nilton Campos, o assistente Antonio Gomes Penna e nós, do quadro do Instituto de Psicologia, colaborávamos no ensino (a cadeira era dada no Instituto). No primeiro ano, história da psicologia, começando pela *De anima*; no segundo ano, sistemas e teorias, e, no terceiro, psicologia da personalidade. Portanto, dava-se alguma psicologia naquela época e esta é a primeira fonte acadêmica que menciono com suas ramificações.

Não posso deixar de lembrar também Lourenço Filho, notável pedagogo que exerceu uma influência muito grande. Na última edição de seu livro *Introdução ao estudo da escola nova*, há passagens em que revela estudo e conhecimento da psicologia científica contemporânea. Foi um líder, um administrador e professor também da Faculdade Nacional de Filosofia, onde ensinava psicologia do desenvolvimento, na cadeira de psicologia educacional, matéria também ministrada em três séries, carregada de conteúdo psicológico. Essa é uma fonte muito importante, mas não posso deixar de destacar outra, que foi a do professor Emilio Mira y López.

Posso ter omitido nomes, não me coube fazer uma pesquisa, nem eu estaria preparado para isso. Estou prestando um depoimento de testemunha visual desses eventos, testemunha jovem que tinha naturalmente uma posição já orientada. Apreciava a psicologia científica, mas acreditava na psicologia aplicada de Mira y López que, além de muito versátil, era um grande realizador, um mobilizador de pessoas, de técnicos, dava oportunidade aos interessados e confiava nas proposições de cada um dos seus auxiliares. Ele criou uma entidade que talvez tenha sido, no Rio de Janeiro e adjacências, a primeira instituição de psicologia aplicada: o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP).

Mira y López dava cursos da matéria, abrangendo assuntos diversos, e abria as portas do auditório do terceiro andar da Rua da Candelária, 6, para membros de sua equipe que quisessem lecionar. Eu, recém-chegado dos EUA, dei cursos sobre metodologia científica, sistemas psicológicos e teorias da personalidade. Ele nunca fez a menor restrição sobre a metodologia, a orientação, o conteúdo: uma aceitação encorajante. Uma figura notável, e, sem desmerecer ninguém, estou dando este destaque porque o ISOP realmente foi pioneiro. E a psicologia aplicada teve uma chance com um homem com a cultura e a produtividade de Mira y López.

Médico, psiquiatra e professor da Universidade de Barcelona, Mira y López chegou a colaborar com o governo republicano espanhol. Veio para a América do Sul: primeiro a Argentina, depois o Uruguai, enfim o Brasil, país de sua

escolha, onde se firmou. Nilton Campos e Mira y López morreram ainda atuantes, em plena produtividade, com 65 e 67 anos respectivamente.

Uma passagem interessante que, inclusive, acompanhei, foi o projeto encaminhado à Câmara em 1958, uma realização do ISOP. Participei de reuniões no Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil e no ISOP. O Prof. Mira y López queria que se criasse um curso de psicologia e ele era um homem que partia da vontade para a ação. Era um realizador. Mobilizou colegas: Pierre Weill, José Pontual, eu e outros, para elaborarmos o anteprojeto, que finalmente terminamos em 1953. Mas a lei, como é óbvio, modificou o projeto. O anteprojeto é de 53, o projeto é de 1958 e a Lei n.º 4.119 é de 1962.

A psicologia profissional, em que a presença da psicologia clínica era dominante, parece que provocou certas reservas, resistências e temores, mais da parte de psicólogos do que propriamente de médicos. Uma impressão que formei através do tempo é que o número de psiquiatras receptivos à psicologia era maior do que o de psiquiatras temerosos de que psicólogos e psicólogas fizessem uma paramedicina indevida.

Na lei, no § 3.º do art. 2.º, consoante este pequeno caderno feito pelo ISOP, a Associação Brasileira de Psicologia e a Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, coordenado pelo psicólogo Athayde Ribeiro da Silva, são os pareceres elaborados na Câmara de Deputados que desembocaram na lei. É preconceituoso, porém, o inciso II do art. 11 do projeto; "Não poderão os licenciados de uma ou outra modalidade (isto é, trabalho, educação e pesquisa e ensino) responder pela organização e direção de serviço de psicologia clínica, os quais requerem a direção de médico devidamente capacitado; poderão, entretanto, nesse serviço exercer funções de assistentes técnicos." Quer dizer: o psicólogo na área da psicologia clínica seria um auxiliar, subordinado a um médico competente.

Mais adiante, no capítulo 4, art. 12, § 1.º: "Os institutos anexos às faculdades de filosofia poderão igualmente manter serviços de psicologia clínica, desde que sob a direção de médico especializado em psiquiatria." Havia um receio, um medo de se profissionalizar a psicologia e reconhecer a área da psicologia clínica, sem que houvesse essa ressalva.

Este preconceito persiste ainda no parecer sobre o projeto, item II: "Releva notar que o anteprojeto leva em conta as atuais tendências da boa organização universitária e que prudentemente deixou ao médico o exercício da psicologia clínica, a ser considerada na formação das faculdades de medicina." Quer dizer: a psicologia clínica provocava temores, e eu senti a influência desse medo de o psicólogo fazer psicologia clínica diretamente do Prof. Nilton Campos.

O Prof. Nilton Campos, que não fazia censura aos artigos de seus colaboradores e assegurava a publicação regular do Boletim do Instituto de Psicologia, admitia os artigos sobre os mais diversos assuntos. Apresentava no entanto, uma reação um tanto prevenida, eu diria emocional, em relação à psicologia clínica. Quando eu ainda estava estudando nos Estados Unidos, escrevi ao meu colega e amigo Prof. Penna contando que do meu currículo fazia parte o curso de psicologia clínica, em dois semestres. Penna me escreveu dizendo que esta notícia não fora do agrado do Prof. Nilton, pois este temia que tal proliferação de psicólogos na área de psicologia clínica acabaria sendo exercício ilegal da medicina.

Quando voltei, achei que havia outras opções. Podia-se falar em psicologia educativa: a pedagogia era um modelo mais próximo da psicologia do que

propriamente a medicina. Não acho que modelo médico seja o mais apropriado. As contribuições teóricas e experimentais de psiquiatras, neurologistas e psicólogos médicos têm sido extraordinárias desde Hipócrates, portanto há 2.500 anos pelo menos. Mas a psicologia tem seu *status*, sua definição, suas responsabilidades sociais e acadêmicas, e um profissional da psicologia clínica especializado em psicodiagnóstico, prognóstico, psicoterapia, técnicas de exame, etc. está mais habilitado do que um profissional de medicina, a não ser que este também tenha se preparado em psiquiatria e psicologia.

Isso acabou sendo reconhecido, e a Lei n.º 4.119 já foi um progresso nesse particular. Segundo o art. 13, § 1.º da Lei n.º 4.119, de 27 de agosto de 1962 (publicada no *Diário Oficial da União* de 5.9.62), "constitui função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento."

Foi um pouco além desses itens a atuação prática do psicólogo, mas por aí verificamos que aquele temor foi superado: foi talvez apressada a denominação psicologia clínica para uma área em que o psicólogo prestaria serviços reeducativos a indivíduos e grupos, serviços psicossociais para os quais estava habilitado.

É pena que o tempo seja tão curto. Soube que está presente uma representante da história da psicologia em São Paulo. Se o Prof. Seminério permitir, eu a convidarei para dar uma informação, porque sobre São Paulo realmente conheço muito pouco.

Prof. Seminério — A Prof.ª Odete Van Kolck é titular de técnicas de exame e aconselhamento psicológico na Universidade de São Paulo. Ademais, ela é a presidente anterior, isto é, nos antecedeu no cargo de presidente da Associação Brasileira de Psicologia.

Prof.ª Odete Van Kolck — Não vim preparada para uma participação assim. Estava acompanhando com muito interesse todo esse relato histórico e o que eu tenho a dizer é que muito do que se passou no Rio também aconteceu em São Paulo.

Lembraria que a psicologia praticamente se desenvolveu pela união de alguns ramos, por exemplo, a educação, a filosofia e a medicina. E houve um momento em que o psicólogo se formava através do curso de pedagogia ou de filosofia e de ciências sociais também.

Principalmente no curso de pedagogia, que tive oportunidade de fazer, realizávamos muitos estudos de psicologia, que tinham praticamente uma certa predominância. Após o curso de pedagogia, fazíamos especializações em psicologia em várias áreas, e assim fomos nos formando como psicólogos sem que realmente houvesse uma legislação, uma definição, nessa época. Podíamos trabalhar em orientação e seleção profissional, trabalhávamos também na parte de diagnóstico psicológico e, mais ou menos, finalmente, naquilo que depois se chamou de solução dos problemas de ajustamento.

Foi mencionado todo o movimento para a regulamentação da profissão, em que as associações de classe tiveram um papel muito grande. No caso, tínhamos a Sociedade de Psicologia de São Paulo, que tem mais de 50 anos e sempre constituiu uma espécie de sociedade para defesa da classe, quer dizer, não apenas

com sentido científico-cultural, mas também de defesa de classe. Essa sociedade também colaborou muito, junto com as outras sociedades, para que a regulamentação de nossa profissão fosse levada a efeito e, a esse propósito, queremos deixar bem claro que realmente a instalação do primeiro Conselho Federal de Psicologia foi resultado de uma ação continuada das sociedades e associações de psicologia que, de uma certa forma, forçaram o Ministério do Trabalho à instalação do Conselho Federal. Inclusive, a primeira composição do Conselho Federal de Psicologia resultou de indicação das associações de classe. Assim, convém ressaltar muito o trabalho, o papel que elas tiveram no sentido da definição e regulamentação de nossa profissão.

É verdade que depois da instalação dos Conselhos Federal e Regionais, as associações de classe perderam muito do seu aspecto de defesa da situação do psicólogo e conservaram bastante o sentido científico-cultural. Mas estimularam a criação dos sindicatos, através da Associação Profissional dos Psicólogos. Havia um interesse, uma vez que nós de certa forma estamos, do ponto de vista profissional, sob a legislação do Ministério do Trabalho, na sindicalização do psicólogo e das associações. Recomendou-se então às sociedades que organizassem associações profissionais que, depois que tivessem um certo número de associados e curto período de existência, poderiam ser transformadas em sindicatos. E com a instalação dos sindicatos, as associações passaram a ter, cada vez mais, um aspecto científico-cultural, o que, de certa forma contribuiu para um certo esvaziamento das mesmas. É o que sentimos na própria Sociedade de Psicologia de São Paulo ou na Associação Brasileira de Psicologia, porque uma das bandeiras maiores — que era defender e lutar pelos direitos do psicólogo — já estava em parte atribuída aos conselhos e sindicatos. Então, nesse sentido, as associações me parece que estão lutando muito para conseguir sobreviver e continuar com as suas atividades.

Prof. Schneider — Quero lembrar que essas fontes, essas tradições todas, conjugaram-se para a criação da lei. Com a concentração dos conselhos em Brasília, o intercâmbio interestadual tem-se desenvolvido, mas como conheço apenas o Rio de Janeiro, devo assinalar que há um público jovem aqui presente, demonstrando o interesse e a pujança da área. Foi frutífera a liderança que Mira y López exerceu. Como seu continuador na direção do ISOP, devo mencionar o nome de Franco Lo Presti Seminério. Ele é um herdeiro muito atuante, não só da fonte Mira y López, mas também da fonte Nilton Campos (ISOP e Instituto de Psicologia). São muitos os continuadores e renovadores, e entre eles nos enquadramos, nós os veteranos e substitutos nos Institutos de Psicologia da UFRJ e da Uerj e todos os que dirigem departamentos de psicologia e neles atuam.

Prof. Seminério — Apenas para talvez integrar algumas das informações importantes ouvidas até aqui, gostaria de enfatizar que as duas associações promotoras, Associação Brasileira de Psicologia e Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, aqui representadas, são historicamente responsáveis pela regulamentação da Lei n.º 4.119 e, conseqüentemente, da profissão de psicólogo. É, portanto, um orgulho neste momento poder reunir aqui a cúpula de ambas as associações. E o papel do ISOP foi também relevante, na medida em que foi dentro de seus muros que a então Associação Brasileira de Psicotécnica elaborou em 1953 um primeiro anteprojeto, que foi depois composto com o anteprojeto realizado em São Paulo pela então Associação Brasileira de Psicologia e a Socie-

dade de Psicologia de São Paulo, e justamente da junção destas duas associações resultou o projeto de lei vencedor em 27 de agosto de 1962.

Temos, portanto, graças ao papel histórico dessas duas associações aqui reunidas, a regulamentação da profissão e o dado muito significativo de que o Brasil foi o primeiro país no mundo a regulamentá-la. Estamos aqui reunidos, então, para fazermos um balanço destes 25 anos. Para fazermos uma autêntica autocrítica, com toda serenidade e coragem, uma coragem isenta de destrutividade, mas que nos permita reavaliar a imagem do psicólogo perante nós mesmos e a sociedade.

Um recorte da história da psicologia no Brasil

Por ocasião do I Encontro de Reavaliação da Formação Mercado de Trabalho e Relações Interdisciplinares do Psicólogo, realizado em 25 e 26 de agosto de 1987, a presidente da Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, Prof.ª Fanny Tchaicovsky, apresentou um recorte de alguns aspectos relevantes dos primórdios da história da psicologia dos quais fora participante ativa. A este recorte juntou-se o testemunho do Superintendente-Geral da FGV, Dr. Roberto Hermeto Corrêa da Costa, que evocou alguns fatos e figuras daquela época.

Prof.ª Fanny Tchaicovsky — Minha primeira licenciatura foi em matemática, e entrei para a psicologia através da orientação educacional e profissional. Trabalhava em escolas, ligada ao Senai, ao ensino industrial. Voltando de um curso fora, onde fui procurar a especialização nessa área, comecei a encontrar pessoas que pensavam e sentiam como eu a abertura de um campo profissional novo, que operava na área de utilização de métodos e de técnicas psicológicas. Lembro-me de que participei de várias reuniões, principalmente com Lourenço Filho, que era o presidente da Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, sendo o secretário-geral e a alma da associação o Prof. Mira y López. Nós nos reuníamos com muita freqüência para debater, discutir e mostrar como iríamos trazer as autoridades para o nosso sentimento em relação à necessidade de se reconhecer que havia um novo campo aberto.

Havia mais de 1.000 pessoas trabalhando efetivamente nessas atividades e surgiu a preocupação com a possibilidade de que a área fosse até invadida por pessoas que não tinham a competência e a formação adequadas. Começou-se a sentir que era necessária a formação desse novo profissional. Nessas reuniões, enfatizava-se este aspecto e também começou-se a trabalhar muito no sentido de que houvesse uma reunião. Acho que isso foi a coisa mais bonita na ocasião, coisa que não sinto agora, infelizmente. Isso foi por volta dos anos 50, quando voltei dos Estados Unidos, há 30 e poucos anos; não tenho qualquer desejo de esconder a idade, porque é muito importante para os que estão se iniciando sentirem como as coisas se desenvolveram.

Havia, então, uma congregação, um desejo de união entre as várias associações, as pouquíssimas existentes na época: a que hoje é de Psicologia Aplicada e se chamava Brasileira de Psicotécnica; a Associação dos Psicólogos do Brasil, que ficava em São Paulo, e a Associação dos Psicólogos de São Paulo. Lembro-me muito bem de que nessa ocasião já trabalhava na Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial e do Ensino Industrial, e apresentei um trabalho ligado

a seleção: como era feita a seleção de alunos para as escolas industriais, utilizando técnicas psicológicas.

Meu primeiro trabalho foi no Senai, não como psicóloga. O Dr. Otávio Martins era o chefe da Divisão de Seleção do Senai naquela ocasião, em 1943. Ele pediu à Faculdade Nacional de Filosofia que mandasse um aluno para trabalhar com ele. Não queria um estatístico, mas um aluno de matemática que não tivesse experiência, porque ele queria preparar a pessoa, e, no caso, eu fui trabalhar no Senai. Comecei minha vida desta maneira e nessa ocasião já havia os primeiros trabalhos com o teste *J*, o célebre teste *J* (eu não sei se hoje em dia as pessoas mais jovens se lembram disso). Foi o primeiro teste realmente padronizado, teste padronizado de aptidão para seleção com grupos de brasileiros.

Dr. Roberto Hermeto — O comentário da Prof.ª Fany Tchaicovsky sobre o Senai me leva, como um dos primeiros funcionários daquela entidade, no ano da sua criação, em 1942, a acrescentar um pouco mais ao que a Prof.ª Fany se referiu. Nesse ano da criação do Senai, 1942, fui nomeado diretor regional em Minas Gerais. E o primeiro contato que tive foi com o Departamento Regional de São Paulo. Fui fazer um estágio em São Paulo, antes de exercer a função de diretor regional em Minas, conheci na ocasião o Eng.º Roberto Mange, um suíço naturalizado brasileiro que tinha trazido para o Brasil os métodos mais avançados de formação profissional da época. E isso antecedeu à criação do Senai, talvez em poucos anos, cinco ou seis, e se deu no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional de São Paulo. E a preocupação do Prof. Roberto Mange com a seleção profissional era muito grande. E lembro perfeitamente, porque uma das seções em que eu me detive foi o laboratório de psicotécnica, onde se fazia uma seleção profissional muito avançada para a época. Nessa ocasião, meu estágio comportava duas etapas: uma nas oficinas da Sorocabana, em Sorocaba, e outra na Estrada de Ferro Paulista, em Rio Claro, e também uma passagem rápida nesse laboratório de psicotécnica, apenas para conhecer alguma coisa.

Quando criaram o Senai, a idéia da seleção profissional foi levada a todos os departamentos. Todavia, não pôde ter a mesma aplicação, o mesmo cuidado, porque no centro ferroviário o Prof. Mange começava a lidar com alunos filhos de ferroviários, que encaminhava para um ou outro ofício, conforme aptidões. O Senai já recebia alunos de diversas empresas, de diversas atividades industriais, e já quase com a ocupação definida. Então, isso foi reduzindo a importância ou a participação da seleção profissional apenas àqueles casos de um encaminhamento a uma atividade quando o aluno não revelava qualquer aptidão para aquela com que ele tinha chegado ao Senai. Isso ocorre apenas para lembrar a figura de Roberto Mange, que teve, estou certo, uma participação muito ativa.

Reembolso Postal:
uma livraria em cada cidade

prático, rápido, seguro